

Brasil paga a falta de acordo

sem aval do FMI, banco não faz reescalonamento a longo prazo

Sem acordo formal do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os bancos credores só aceitam discutir a rolagem da dívida brasileira com vencimento em 1985 e 1986. Com isso, rejeitam completamente a proposta de reescalonamento apresentada pelo ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, no final do Governo passado, dos compromissos a vencer até 1991, com prazos de 16 anos para amortização e 7 de carência. Indagado por um repórter se a renegociação em curso é melhor que a fechada por Pastore em 1984, o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, limitou-se a responder: "Não sei".

Embora Bracher diga que a questão de prazos ainda está em aberto, o telex conjunto assinado pelo presidente do Banco Central, em nome da República Federativa do Brasil, e pelos 14 bancos membros do comitê de assessoramento dos credores à comunidade bancária internacional ressaltava que as partes retomarão as conversações preliminares, amanhã, em Nova Iorque, para tratar apenas da "possível reestruturação da dívida exigível em 1985 e 1986". Diante da falta de acordo com o FMI, os bancos querem uma renego-

ciação de curto prazo, explicou Bracher.

Apesar da preferência pela renegociação de longo prazo, nos moldes da proposta de Pastore — "um reescalonamento a longo prazo seria mais apropriado, pois refletiria as perspectivas melhores do Brasil na economia mundial", segundo Bracher — as primeiras rodadas de conversações com os credores mostraram que o preço de preservação ou de melhoria do perfil da dívida "não compensa". O presidente do Banco Central observou que a proposta anterior de Pastore partia do pressuposto de acordo formal com o FMI, o que, no momento, não interessa ao Brasil, justamente "pela experiência passada que não entusiasma".

Na entrevista de ontem, acompanhado do diretor para assuntos da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, Bracher afirmou que o Brasil tem mais a reclamar do FMI do que vice-versa. Argumentou que, em 1984, o País assumiu o compromisso de alcançar US\$ 9 bilhões de superávit comercial e registrou US\$ 13 bilhões, mas o FMI considerou mais importante o desvio da expansão anual da base monetária — emissão primária de moeda — de 243,8%, sem levar em conta o efeito das operações externas sobre a ex-

pansão monetária e a inflação.

Por isso, Pádua Seixas embarca hoje à noite para Nova Iorque cliente de que os bancos só aceitam a renegociação de curto prazo, enquanto o Brasil mantém a posição de que não tem sentido o atrelamento formal ao FMI, já que não colocou na mesa de conversações com os bancos privados qualquer pedido de dinheiro novo. Mesmo com as primeiras concessões mútuas, existem ainda diversas pendências em discussão, como a redução dos encargos.

Em seu discurso de sexta-feira aos membros do comitê de assessoramento dos bancos credores, em Nova Iorque, Bracher definiu o futuro relacionamento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI): "Preferimos proporcionar ao fundo informações relativas à economia brasileira em bases regulares. Este seria um ato voluntário por parte do Brasil, assumido livremente pelo governo, em reconhecimento da importância do fundo e do seu papel no sistema financeiro internacional".

Em seguida, Bracher ressaltou que o Brasil não pretende sacar novos recursos junto ao FMI e, portanto, não aceitará submissões às formalidades impostas pelo fundo aos países assistidos.